

Proposta de revisão do Regulamento da Qualidade de Serviço dos Setores Elétrico e Gás Natural

Comentários da CIP

A CIP tem a perceção de que, de um modo geral, quer a qualidade da energia, quer a qualidade do relacionamento comercial, mantêm tendência de melhoria, de resto confirmada pelos seus principais indicadores.

No âmbito da consulta pública sobre a revisão do Regulamento da Qualidade de Serviço dos Setores Elétrico e Gás Natural, a CIP considera positivas as propostas da ERSE, e opta por recomendar uma especial atenção sobre a qualidade do serviço comercial e sobre o regime aplicável e os estímulos a considerar para as zonas de qualidade de serviço superior.

Em primeiro lugar, há que reconhecer que a proposta da ERSE de integração num só código dos Regulamentos da Qualidade do Serviço do setor elétrico e do setor do gás natural, desde que salvaguarde aspetos específicos de cada um deles, pode contribuir para a consolidação dessa tendência, até porque a adoção de ofertas duais de fornecimento de eletricidade e de gás natural está a ganhar peso nos clientes empresariais.

Num plano mais específico, desafia-se a ERSE a prosseguir no seu esforço contínuo de aperfeiçoamento da regulamentação promovendo maior eficiência no relacionamento dos clientes com os comercializadores e os operadores das redes de transporte e de distribuição.

É essencial a contínua clarificação de prazos e obrigações para os agentes dos setores, sobretudo em ações que exijam coordenação entre entidades.

Por outro lado, importa que a regulamentação promova o alinhamento dos serviços prestados por todos os comercializadores aos consumidores empresariais quanto à qualidade do atendimento comercial, às opções e riscos contratuais e quanto às tendências de preços.

De resto, e para estes clientes, deveria ser obrigatória a disponibilidade dos comercializadores para informarem sobre a evolução e as tendências de preços nos mercados diário e de futuros, tanto para a eletricidade como para o gás natural.

Num outro plano, regista-se a consideração de zonas de qualidade de serviço, em continuidade e qualidade de energia, superior à que existe na sua envolvente.

Esta medida é essencial ao crescimento e à competitividade da economia nacional, ao promover zonas empresariais preparadas para os níveis de exigência que a digitalização da economia e os desenvolvimentos tecnológicos tornarão obrigatórios.

Por esta razão, será de encarar, pelo recurso a programas de apoio, a redução significativa dos custos envolvidos como forma de estímulo a este tipo de investimento.